



ESTRUTURA E DINÂMICA DO IMPERIALISMO GLOBAL: paradigma da ampulheta fatal

Flávio Bezerra de Farias¹

Resumo

Conscientemente comprometido com a emancipação dos oprimidos, para enfrentar a questão da reificação do capitalismo imperialista atual, este texto tem três momentos, assumindo as posições seguintes: marxismo não é um estruturalismo, embora trate de totalidades estruturadas; o marxismo supera a alegoria (percepção imediata) através da configuração (percepção científica); o marxismo supera o capitalismo liberal ou estatista, como antecipação farsesca de si mesmo (repetição da história), através do socialismo, para alcançar a antecipação concreta do comunismo, em que o proletariado resta o sujeito coletivo emancipatório.

Palavras-chave: Reificação; Estado; capital; imperialism; proletariado.

STRUCTURE AND DYNAMICS OF GLOBAL IMPERIALISM: fatal hourglass paradigm

Abstract

Consciously committed to the emancipation of the oppressed, in order to confront the issue of the reification of current imperialist capitalism, this text has three parts, assuming the following positions: Marxism is not structuralism, although it deals with structured totalities; Marxism overcomes allegory (immediate perception) through configuration (scientific perception); Marxism overcomes liberal or statist capitalism, as a farcical anticipation of itself (repetition of history), through socialism, to achieve the concrete anticipation of communism, in which the proletariat remains the emancipatory collective subject.

Keywords: Reification; State; capital; imperialism.

Artigo recebido em: 27/04/2026 Aprovado em: 21/08/2026
DOI: <http://dx.doi.org/10.18764/2178-2865v30Epe30307>

¹ Doutor em Economia. Professor do Departamento de Economia, atuante nos Programas de Pós-Graduação em Políticas Públicas e em Educação da Universidade Federal do Maranhão. ORCID <https://orcid.org/0000-0001-9856-4928> flaviobezer-rade-farias@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Como síntese de múltiplas experiências de socialização da relação entre as formas estatais e mercantis capitalistas, de grandes estratégias de pacificação, manipulação, regulação e resolução das questões social e nacional, no sentido de perpetuar a opressão burguesa, integrando o proletariado no projeto de enriquecimento das classes dominantes e das nações hegemônicas (como Portugal, Espanha, Holanda, Inglaterra, Estados Unidos e China), a ideologia burguesa dominante, aparentemente, sempre se colocou no mesmo diapasão das grandes transformações sociais e históricas do modo de produção capitalista, desde o momento mercantilista de acumulação primitiva até o momento atual do imperialismo global. Na realidade, trata-se de um processo de totalização concreta e dialética, cujas reificações e cristalizações planejadas foram sendo superadas no tempo e no espaço da história mundial, seja no Ocidente do capitalismo real, seja no Oriente do socialismo real, tanto pela dinâmica da luta de classe, quanto pela teimosia dos fatos.

As várias experiências de reificação capitalista industrial, organizadas contra os interesses de classe do proletariado, assumiram uma forma paradigmática nos países do primeiro e do segundo mundo, como na jaula de aço weberiana, no carrossel do bem-estar social keynesiano, na cortina de ferro do socialismo real e do totalitarismo fascista, durante o século XX. No terceiro mundo, à mistura periférica disso tudo, acrescentou-se o tempero populista nas experiências que se revelam como paternalistas para os pobres e maternalistas para os ricos, cuja versão mais recente é o sul global social-liberal.

Entretanto, o paraíso da ideologia burguesa dominante já fora esboçado na Bélgica, na cidade industrial-operária Grand-Hornu, desde o início do século XIX, e resta vivo até este início de século XXI, a partir da revolução conservadora de Thatcher, na Inglaterra (TINA) e Reagan, nos Estados Unidos da América e, depois, do Consenso de Washington e, enfim, dos Consensos do Vale do Silício e de Pequim. Em 1845, conforme a ideologia dominante da época, disse um intelectual orgânico da burguesia, sobre a experiência Grand-Hornu:

Assim, um homem de bem, entregue a suas únicas inspirações, a seus próprios recursos, sem sair do círculo traçado por nossas instituições morais e políticas, conseguir resolver o mais espinhoso, o mais importante de todos os problemas legados pela antiga sociedade à sociedade nova; ele mostrou através dos fatos que não é indispensável despojar o rico para assegurar ao trabalhador sua parte de bem-estar e de abundância. Eis que passados mais de dez anos da morte do Sr. Degorge-Legrand e sua obra não sofreu o mais leve estrago. Ela só perecerá quando encontrar um proprietário bastante inepto para destruí-la por preconceito, porque ela traz nela mesma todas as condições desejadas de existência: moralidade, bom senso, união estreita e do interesse do patrão e daquele dos operários, e sobretudo solidariedade desses dois interesses (*in*: Labica, 1987, p. 18).

Embora fosse contemporâneo do vigoroso liberalismo belga, um paraíso terrestre para dar livre exploração capitalista industrial, Marx não examinou o caso do Grand-Hornu e, obviamente, não viveu no século XX para apreender as sucessivas expressões pragmáticas da ideologia burguesa dominante, enquanto estruturas de integração proletária, para afastar a classe subalterna da ruptura histórica. Mas, Farias (2015) mostrou que, a partir da crítica marxiana da economia política burguesa, com uma aplicação do seu método ao campo do Estado, pode-se elaborar a figura reificada do *imperialismo global*, como uma *ampulheta fatal*, envolvendo formas estatais e capitalistas. Comprometido com a emancipação dos oprimidos, para enfrentar a questão da reificação do capitalismo imperialista atual, este texto tem três momentos, assumindo as posições seguintes: marxismo não é um estruturalismo, embora trate de totalidades estruturadas; o marxismo supera a alegoria (percepção imediata) através da configuração (percepção científica); o marxismo supera o capitalismo liberal ou estatista, como antecipação farsesca de si mesmo (repetição da história), através do socialismo, para alcançar o comunismo (como antecipação concreta), cujo sujeito coletivo emancipatório é o proletariado, tanto para superar a exploração econômica, a dominação política, a humilhação social e a diminuição cultural, quanto para impedir a pilhagem da natureza.

2 ESTRUTURA E ESTRUTURALISMO

Como categoria da elaboração do ser social e histórico, “o emprego bem amplo que Marx faz do conceito de *estrutura* não tem nada de comum com o estruturalismo.” (Lefebvre, 1971, p. 189). A grande ideologia marxista se opõe à reificação tanto da grande ideologia burguesa, que trata as leis da sociedade como se fossem leis da natureza, quanto da grande ideologia estruturalista, especialmente ao substituir a totalidade contraditória em razão da luta de classes, pela estrutura movida apenas pelo progresso científico e tecnológico, como na visão eclética seguinte (Figura 1):

Figura1 – Sociedade salarial fordista segundo Aglietta e Brender

A T I V I D A D E S	→ Práticas de Normalização →			F I N S
	Estatais e Contratuais	Relações Sociais	Progresso Social	
	Científicas e Tecnológicas	Mutações Técnicas	Progresso Técnico	
	Capitalistas e Salariais	Produção dos Objetos	Progresso Material	
	→ Funcionamentos Locais →			

Fonte: Farias (1988, p. 280; 2000, p. 90).

A sociedade salarial fordista assim concebida pelos regulacionistas franceses é marcada por certo dualismo metodológico entre as formas ideais e reais, subjetivas e objetivas, ordenadoras e

progressistas, que isola a luta de classe da dinâmica do todo, impulsionado unilateralmente pela mecânica das mutações técnicas, ao mesmo tempo em que nas formas antinômicas reguladoras se inserem as forças motrizes ideais, apresentadas em termos positivistas de busca do bem-estar social. Foi adotando uma eclética lógica tecnicista, historicista, estruturalista e positivista (ordem e progresso), que os membros da escola francesa da regulação Aglietta e Brender (1984) conceberam a “sociedade salarial fordista”, ontologicamente comparada à visão marxista na Figura 2, abaixo:

Figura 2 – Ontologia do ser social *versus* Ontologia da regulação

ONTOLOGIA DO SER SOCIAL	ONTOLOGIA DA REGULAÇÃO
Totalidades concretas	Sistemas e estruturas
Contradições e oposições de classes	Rivalidades e conflitos de classes
Mediações	Regulações
Leis gerais	Regras e normas
Dialética sujeito/objeto	Processo sem sujeito [para si]

Fonte: Farias (2000, p. 20).

Ao contrário do método da crítica da economia política, a ontologia da regulação implica políticas de colaboração de classe, com reformas conjunturais na estrutura dos capitais numerosos, atinentes ao combate superficial ao desemprego, às desigualdades de renda, à exuberância financeira e aos danos ecológicos. Porém, para abordar de maneira *crítica e revolucionária* as formas de existência situadas no tempo e no espaço, o método marxiano emprega as categorias elementares de *gênese, desenvolvimento e superação*, na totalidade do processo histórico, que envolve passado, presente e futuro. Assim, a relação mercantil simples do presente já foi, no passado, troca direta de mercadoria, que evoluiu até a mediação monetária atual, cujo futuro pode vir a ser o capital, como relação mercantil desenvolvida, isto é, capitalista industrial. O começo do capital é a mercadoria, porque a mercadoria leva ao dinheiro, que leva ao capital. A produção de mercadoria é premissa e resultado da produção capitalista industrial. Não há superação do capitalismo industrial sem superação da mercadoria como forma valor de uso para atendimento das necessidades sociais e como forma valor para gerar as riquezas sociais e, portanto, sem superação do duplo caráter do trabalho alienado. Quanto à superação da contradição principal entre trabalho privado e trabalho social, percebe-se muito bem a razão pela qual “os comunistas podem resumir sua teoria nessa fórmula única: abolição da propriedade privada.” (Marx; Engels, 1975, p. 46-47). Como sublinhou Luxemburg (1971, p. 247-248),

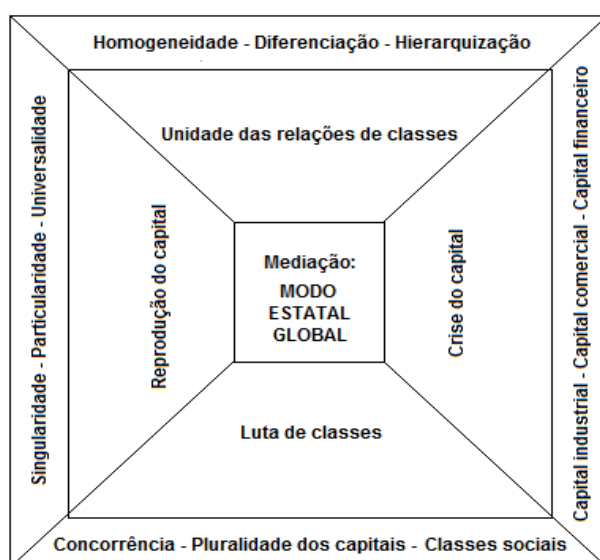
Contra o progresso técnico da produção, contra as invenções, contra a introdução das máquinas, contra o vapor e a eletricidade, contra os aperfeiçoamentos dos transportes, os operários não podem lutar. Ora, a ação desses progressos sobre o salário relativo dos operários resulta automaticamente da produção mercantil e do caráter de mercadoria da força de trabalho... A luta contra a queda do salário relativo é a luta contra o caráter de mercadoria da força de trabalho, contra a produção capitalista por inteiro. A luta contra a queda do salário relativo não é mais uma luta no terreno da economia mercantil, mas um assalto revolucionário contra essa economia, é o movimento socialista do proletariado.

Portanto, não há processo emancipatório sem sujeito revolucionário, pois “uma vez o trabalho emancipado, todo homem torna-se um trabalhador e o trabalho produtivo cessa de ser o atributo de uma classe.” (Marx, 1972a, p. 45). Assim, a crítica do trabalho alienado atinge o calcanhar de Aquiles do capitalismo como um todo seja no fazer, seja no agir do ser social e histórico (Vincent, 1987; Lukács, 2009; 2011; 2012), em que ocorre a totalização dialética entre real e ideal, teleologia e causalidade, objetivação e exteriorização, produção e circulação, base e superestrutura.

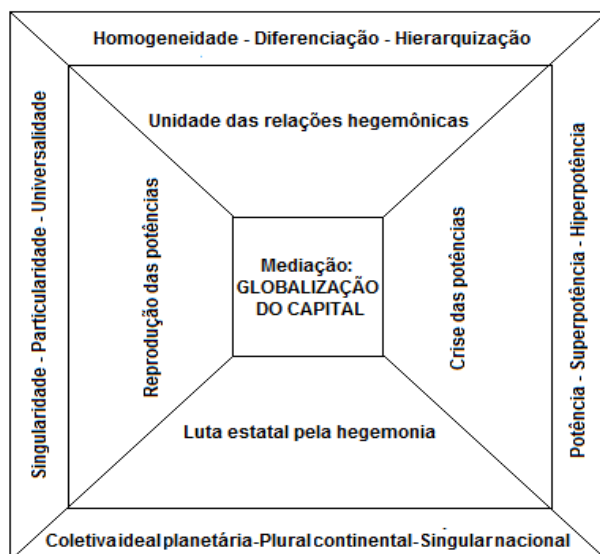
A acumulação primitiva (Marx, 1976), em que os meios de produção foram separados da classe proletária e apropriados pela classe capitalista, serve de premissa à acumulação capitalista industrial, cujo desenvolvimento leva ao antagonismo entre as classes fundamentais e, portanto, à necessidade de democratização socialista, implicando a apropriação e a gestão coletiva dos meios de produção, num processo de democratização que tem no seu horizonte a antecipação concreta do comunismo.

As categorias da elaboração, que envolvem dialeticamente gênese, desenvolvimento e superação, podem ser aplicadas às figuras sociais e históricas do capital e do Estado totalizadas no imperialismo global.¹ As Figuras 3 e 4, abaixo, representam a estrutura do imperialismo global (Farias, 2015, p. 143 et seq.), enquanto totalidade concreta, complexa e contraditória constituída pelo capital e pelo Estado, a qual se exprime por meio de uma figura com três dimensões, sob a forma de uma ampulheta piramidal.

Figura 3 – Globalização e desenvolvimento desigual, no prisma do capital



Fonte: Farias (2015, p. 144).

Figura 4 – Globalização e desenvolvimento desigual, no prisma do Estado

Fonte: Farias (2015, p. 145).

Os eixos (verticais e horizontais) que determinam as bases dessa ampulheta são os silogismos envolvendo sejam universalidade, particularidade e singularidade, sejam homogeneidade, diferenciação e hierarquização, atinentes tanto à forma-capital, quanto à forma-Estado. Para ambas as formas, a terceira dimensão é determinada pela totalização da unidade e da luta. Trata-se da imagem linear de um todo que se exprime à maneira do materialismo dialético, por silogismos históricos, situados no tempo e no espaço. A reificação do imperialismo global reside na cristalização da totalidade que se exprime através de silogismos e antinomia, levando ao fatalismo e à resignação política. Se a famigerada cristalização weberiana do capitalismo imperialista sob “a temática da *jaula de aço*, das *trevas glaciais*, aguardadas pela humanidade, pudesse ser de fato relacionada com uma espécie de ressentimento aristocrático mal superado e meio consciente” (Vincent, 1998, p. 76), próprio ao pessimismo resignado, por um lado; por outro lado, a atualização pós-moderna e estruturalista do imperialismo global sob uma ampulheta fatal, eternizada não passaria de uma reificação burguesa bem estabelecida e consciente da perpetuação de seu interesse de classe.² Em compensação, integrada ao capitalismo imperialista, a configuração do proletariado em si, (tanto a população ativa, quanto a superpopulação relativa) depende da dinâmica da acumulação capitalista global. Mas, antagonista ao capitalismo imperialista em todo tempo e lugar, a classe proletária busca superar a sua forma de existência em si, através do desenvolvimento de sua forma de existência para si, na luta contra a exploração econômica, a dominação política, a humilhação social e a diminuição cultural. No contexto atual da crise estrutural do imperialismo global, o sucesso da estratégia ao mesmo tempo antagonista e internacionalista do proletariado, alcançando um resultado efetivamente revolucionário (nas escalas global, continental ou nacional), resta dependente “de um elevado nível de consciência de classe, auto-organização e direção

política por parte da classe trabalhadora, com uma clara dinâmica e decisão de lutar pelo poder.” (Mandel, 1992, p. 4). Conforme sua tarefa histórica, o proletariado desenvolve sua consciência de classe real na luta pelo poder dentro da ordem; ao mesmo tempo em que, na luta pelo poder contra a ordem, desenvolve sua consciência de classe possível, como sujeito coletivo do processo emancipatório do capitalismo imperialista, simultaneamente, nos domínios do capital e do Estado, nas escalas nacional e internacional.

3 ALEGORIA E CONFIGURAÇÃO

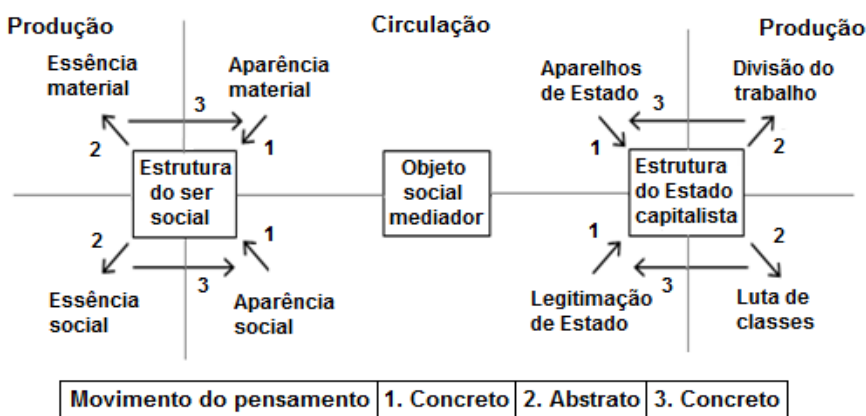
O método marxiano, que tem por objeto as totalidades concretas e contraditórias da sociedade capitalista industrial, originou-se tanto na solidariedade militante com as classes oprimidas e as suas primeiras organizações sindicais e políticas, quanto na aprendizagem com o resgate histórico das revoluções e das insurreições que vinham ocorrendo com o advento da industrialização (Mandel, 1986, p. 35), como também nas críticas da filosofia materialista e dialética, do socialismo utópico e da economia política (Engels, 1977; Lenine, 1975, v. 1, p. 58 a 62). Tornou-se um método científico e filosófico para quem quer *pensar por si mesmo* e se engajar, rigorosa e efetivamente, numa práxis consciente, *crítica e revolucionária* (Marx, 1976, Prefácio, 1ª e 2ª ed. alemã, p. 11 e 21).³ O também rigoroso e crítico método weberiano, ao contrário, é marcado “pela tendência a implementar uma ‘cientificidade’ desprovida de conotação de valores...” (Löwith, 2009, p. 47), praticando um lavar de mãos elitista de fazer inveja a Pôncio Pilatos.

O jovem Lukács (1976) viu a reificação do ser social e histórico, para além do fetichismo da mercadoria, do dinheiro e do capital, subindo nos ombros tanto da crítica marxista do capitalismo, a ser superado junto com seu Estado burocrático, quanto da crítica weberiana da racionalização capitalista (objetivação e burocratização). No marxismo weberiano, o conceito de reificação passou a incorporar a coisificação e a personificação de um lado e, de outro lado, a instrumentalização e a racionalização capitalistas. Assim, pode servir tanto para a crítica do trabalho alienado desde sua forma mercantil simples até sua forma mercantil desenvolvida, quanto para crítica das diversas formas de existência do ser social como um todo, que envolve base e superestrutura.⁴ No sentido próprio, não existe exploração econômica sem dominação política, jurídica, ideológica, cultural etc. do homem pelo homem. Porém, a partir do jovem Lukács, seria exagerado “ressaltar”, como Goldmann (1980, p. 66), “que somente a teoria da reificação permite compreender a coerência de todos os textos marxistas referentes às relações entre a ‘infraestrutura’ e a ‘superestrutura’.”

Na realidade, estendendo o método marxiano à elaboração das formas da superestrutura, como formas de existência do ser social e histórico, todas elas também se estruturam de uma maneira

que se prestam à reificação capitalista. Isto poderia se evidenciar a partir de textos marxistas sem recorrer a textos weberianos. Por exemplo, na forma Estado capitalista:

Figura 5 – Estrutura do Estado como ser social e histórico



Fonte: Farias (1988, p. 41 e 74; 2015, p. 42).

As políticas públicas como objeto social mediador se prestam à reificação. No movimento do pensamento, as políticas públicas situam-se na circulação, como objeto social mediador próprio à governabilidade, praticada pelo governo (aparelhos e legitimação estatais), cuja essência reside no Estado propriamente dito (luta de classes e divisão do trabalho). Conforme o método marxiano, não se deve avaliar racionalmente as políticas públicas apenas como um concreto imediato (pseudoconcreto), em que tais medidas reguladoras são isoladas de suas determinações mais profundas, sem apreender o fenômeno por inteiro como um concreto pensado.

O pensamento lukacsiano maduro superou, afinal de contas, certo dualismo na abordagem das formas econômicas e extraeconômicas, admitindo que na perspectiva da ontologia fundada no trabalho, “as posições teleológicas que não servem para a troca material com a natureza, mas visam a consciência de outros homens, apresentam deste ponto de vista a mesma estrutura e a mesma dinâmica.” (Lukács, 2012, p. 57). Assim, o objeto social mediador é uma forma ideal – por exemplo, como mediação monetária, de um lado, e do outro, como a mediação estatal – através da qual se realiza a totalização das formas infraestruturais e superestruturais. Mas, seja o fetichismo do dinheiro, seja o fetichismo da regulação só se exprime como resultado, ocultando o processo de socialização do qual resulta.

Na abordagem da totalização concreta, em geral, qualquer determinismo (econômico, político, histórico ou estrutural) entre uma e outra das formas de existência do ser social, na realidade, negam a dialética entre ambas, em favor de fetichizações ideológicas. Aliás, a “concepção materialista da história”, na qual ocorre “a vulgarização do marxismo econômico”, que implica a hipótese de determinismo econômico, “pressuposta pela crítica de Weber, não se encontra, no seu objeto e na sua formulação, no próprio Marx...” (Löwith, 2009, p. 172). Em suma, Weber é crítico de um Marx de segunda

mão, encarnado pelo marxismo teoricamente reificado (revisionismo, estatismo e economicismo). Conforme a crítica da economia política, as totalidades mercantis (simples e desenvolvidas) envolvem as determinações de objetividade e subjetividade, qualidade e quantidade, essência e aparência, tempo e espaço, estrutura e dinâmica, real e ideal etc. Na coisificação e na personificação próprias aos fetichismos da mercadoria, do dinheiro, do capital, do Estado etc., o processo de totalização se realiza concretamente “sob a forma de coisas” com “existência evidente, fixa, parecendo inabalável” e, ideologicamente, sob “falsas reconstruções” (Lukács, 2009, p. 137) do ser social e histórico que afirmam apenas a objetividade, a quantidade, o estrutural, o espacial etc., em detrimento dos seus pares incontornáveis, a saber: a subjetividade, a qualidade, o genético, o temporal etc. O velho Lukács (Ibidem) sublinha que Marx chama essas “reificações” de “fetichizações”.⁵

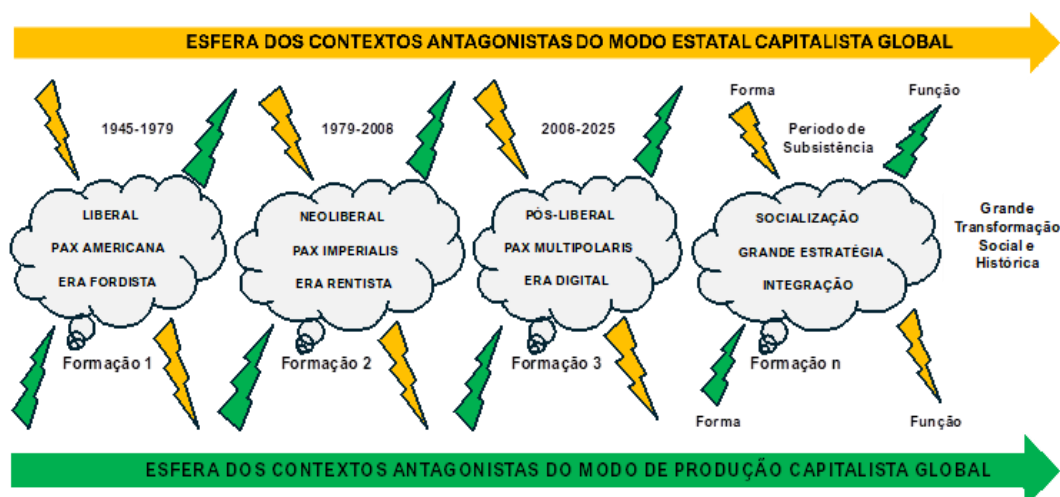
Na grande ideologia burguesa weberiana, tanto a coisificação do ser social e histórico, quanto a personificação de suas categorias se consolidam no conceito de reificação (como objetivação), como uma relação de dominação política. Evidentemente, trata-se de um aspecto particular do fetichismo inerente ao ser social e à consciência social no capitalismo. No jovem Lukács, a categoria marxiana do fetichismo foi expressa pela categoria da reificação, marcada pela herança de Max Weber.⁶ Porém, Lukács não ignorava que Karl Marx permanecera, da juventude à maturidade, “um crítico irreconciliável da sociedade capitalista, enquanto Max Weber, apesar de suas acentuações críticas violentas, se colocou como defensor do sistema econômico e social atual.” (Vincent, 1973, p. 111). Jameson (2009, p. 2001 et seq) considera a obra do jovem Lukács “História e consciência de classe como um projeto inacabado.” Obviamente, se há mais de cem anos, Lukács (1976) aventurou-se em fundar o “marxismo weberiano” ou o “marxismo ocidental” (Merlau-Ponty, 2006, p. 31 et seq), também criou a tarefa de superar a crítica pessimista weberiana, expressa na reificação imperialista da “jaula de aço” (Weber, 1985, p. 224; Löwy, 2013),⁷ por intermédio de uma abordagem crítica e revolucionária marxista, que se exprime agora na superação da reificação imperialista da “ampulheta fatal” (Farias, 2015).

As pesquisas sobre as teorias e os consensos do imperialismo global foram realizados pelo autor deste texto de 2010 a 2012, quando o fenômeno em tela se ocultava atrás da cortina liberal, positivista e cosmopolita do império e da globalização, sob a ideológica dominante dos tempos pós-modernos, a saber: o fim da história, pois não tem luta de classe, nem tampouco alternativa emancipatória relativamente às opressões capitalistas. Para elaborar a categoria do imperialismo global, perquiriu-se a sua presença mais ou menos relevante nas diversas abordagens conservadoras e críticas do capitalismo imperialista no início do século XXI. O método foi semelhante ao utilizado na abordagem das *Teorias sobre a mais-valia* (Marx, 1974; 1975; 1976), analisando as diversas visões sobre a estrutura e a dinâmica do processo como um todo. Partiu-se, também, da ideia geral de totalização concre-

ta, complexa e contraditória dos seres sociais entre si – inclusive em sua relação com a natureza –, pertencentes seja à *base* (econômica e técnica), seja à *superestrutura* (política, ideológica, cultural, religiosa etc.), em que a luta de classe é o motor dessa formação social e histórica (Marx, 1977). Além disso, considerou-se relevante a abordagem do capitalismo imperialista, inclusive do proletariado como seu principal antagonista, feita pelo marxismo crítico e revolucionário do início do século XX (Lenine, 1975; Luxembourg, 2009; Trotsky, 1976, 1967).

A figura 6, abaixo, exprime a categoria imperialismo global, em que seu autor (Farias, 2000; 2004; 2013a,b) partiu da distinção entre o formal e o funcional, para construir a totalização dialética no capitalismo imperialista entre a forma capital e a forma Estado, em que uma configuração é premissa e mediação da outra, na totalidade do processo histórico.

Figura 1 – Configurações do modo imperialista global (1945-2025)



Cada grande transformação social e histórica tem uma temporalidade decisiva num certo momento, mas as formações sucessivas se interpenetram, com mudanças defasadas nos elementos capitalistas e estatais. Assim, na era digital, os restos da era rentista permanecem e potencializam “a crise financeira que vem” (Lordon, 2026). Marcado por uma crise de hegemonia, este ano parece ser o início de uma nova configuração do imperialismo global. No contexto temporal e espacial atravessado pela relação dialética e histórica entre as formas e funções estatais e capitalistas destacam-se, em especial, a *socialização*, a *grande estratégia* e a *integração*. Em suma, o *imperialismo global* passou por três momentos de 1945 até os dias de hoje.

Nos últimos 80 anos, as grandes transformações sociais e históricas do imperialismo global levam a uma intensificação das relações dialéticas entre as formas estatais e capitalistas, que tendem ao autoritarismo (no limite, fusionando ambas as categorias), como ilustram as experiências re-

centes tanto de primazia do mercado livre e eterno (modelo ocidental), quanto de primazia do plano e da economia mista (modelo oriental).

O proletariado resta o principal antagonista do capitalismo imperialista gestado no último quarto do século XIX, cujas formas de existência ao longo do século XX foram nacionais, continentais e planetárias – sob a primazia relativa variável dessas formas entre si. Como superação do capitalismo imperialista, a revolução proletária que rompe com o capital implica, ao mesmo tempo, luta anticolonial e antirracista radical, tal que Fanon (1968) percebeu na Argélia. No Congo e na Bolívia, essa luta foi empreendida como urgência vital, pois se um Vietnã não tem igual, muitos ensejou Che Guevara (2002). Em geral, a resolução da questão social, em primeiro lugar e, em segundo lugar, a resolução da questão nacional exigem estratégias hegemônicas distintas entre as classes antagônicas envolvidas em relações com interesses homogêneos, diferenciados e hierarquizados, de modo que o nacionalismo do proletariado e o nacionalismo da burguesia não deve ser o mesmo.

Considerando o *desenvolvimento desigual* (Lukács, 2009) das categorias envolvidas na formação socioeconômica capitalista, por força da abstração, explicitam-se as principais figuras respectivas do movimento contraditório do *modo imperialista global*, no tempo e no espaço, a saber: tanto a esfera dos contextos antagonistas do *modo de produção capitalista global*, quanto a esfera dos contextos antagonistas do *modo estatal capitalista global*. Nessa configuração estruturada e dinâmica, temporal e espacial, distinguem-se a forma e a função nas relações recíprocas entre os dois elementos do processo de totalização. A primazia ontológica do capital sobre o Estado (capitalista) não significa determinismo econômico. Na realidade, não há globalização do capital sem globalização do Estado. Ambas as categorias têm existência relativamente autônoma e funcionam como premissa e mediação no processo de gênese, desenvolvimento e superação inerente a cada uma delas. Como todo ser, elas se definem por totalidade, contradição, mediação e leis. Como todo ser social, elas se definem por silogismo, estrutura, genealogia, fetichismo, subsistência e teleologia (Farias, 2000; 2001; 2004; 2016). A partir do método empregado por Marx (1976) em *O Capital*, chega-se à totalização do *modo imperialista global*, na atual situação social e histórica (Figura 7, abaixo).

Figura 7 – Grande Silogismo do Modo Imperialista Global

UNIVERSAL	PARTICULAR	SINGULAR
Pequeno silogismo 1	Pequeno silogismo 2	Pequeno silogismo 3
Hiperpotência planetária	Superpotências regionais	Potências nacionais
Imperialismo coletivo ideal, que busca regular a ordem mundial através da governança global das relações estatais e capitalistas da humanidade, cuja permanência depende da dialética entre guerra e paz, repressão e consenso, desenvolvimento e	• Imperialismo coletivo ocidental (estadunidense, canadense, inglês, francês, alemão etc.) • Imperialismo coletivo oriental (chinês, russo, indiano etc.) • Subimperialismo coletivo europeu (União Europeia)	• Imperialismo estadunidense • Imperialismo chinês • Subimperialismo inglês • Subimperialismo alemão • Subimperialismo francês • Subimperialismo japonês • Subimperialismo russo

subdesenvolvimento, unilateralismo e multilateralismo etc.	• Subimperialismo coletivo sul-americano (Unasul) • Dentre outros exemplos	• Subimperialismo indiano • Subimperialismo brasileiro • Dentre outros exemplos
HOMOGENEIZAÇÃO – DIFERENCIAÇÃO – HIERARQUIZAÇÃO		

Baseado em: FARIAS, Flávio Bezerra de. *O modo estatal global*. Xamã: São Paulo, 2013b, p. 92.

Permanece atual o resultado das pesquisas sobre *O imperialismo global*, que coloca em causa *teorias e consensos* próprios ao período de subsistência da segunda etapa da formação social e histórica (Farias, 2013a). Mas, a crise global de 2008 (Farias, 2015) iniciou um processo de ultrapassagem da socialização neoliberal, da grande estratégia de *Pax imperialis* e da era rentista pós-moderna (finaceirização). Deixou-se para outra ocasião a tarefa complementar de fazer uma análise crítica dos autores que abordaram a terceira etapa da formação social e histórica, cujo período de subsistência ocorreu de 2008 até os dias de hoje, consolidando a socialização pós-liberal, a grande estratégia de *Pax multipolaris* e a era digital. A partir da grande crise de 2008, configurou-se uma situação imperialista autoritária, colonialista, racista e guerreira (externa e interna) (Serfati, 2024), que trouxe no seu bojo novas teorias e consensos ora conservadores e neofascistas, ora reformistas e positivistas. Uma crítica dessas contribuições serve para uma análise concreta da situação concreta do imperialismo global na atual conjuntura dita multipolar.⁸ No sentido contrário, a *realpolitik* toma a nova polaridade como uma estrela guia da farsa ultraimperialista de salvar a humanidade, sobretudo através do fortalecimento político estatista (na superestrutura) e do crescimento econômico produtivista (na base). Porém, a grande transformação social e histórica, que envolve a superação do capitalismo e do seu Estado, ao mesmo tempo, desenvolve sob uma democracia socialista a revalorização, a reconstituição e o fortalecimento da vida do ser social como um todo complexo, inclusive na sua relação com os seres naturais orgânicos e inorgânicos (Lefebvre, 2020, p. 189). Seja no capitalismo de Estado, seja no socialismo de Estado, enquanto tendências políticas favoráveis ao processo de socialização capitalista, “nenhuma retoma abertamente a posição de Marx, tampouco coloca no centro o movimento com seus três aspectos: ditadura do proletariado, democracia aprofundada, extinção do Estado. Esses aspectos se dissociam e se pretende escolher entre eles.” (Lefebvre, 2020, p. 188).

O *desenvolvimento desigual e combinado* (Trotsky, 1976; 1967), inclusive *hierarquizado*, inerente ao imperialismo global, está na raiz da permanência do colonialismo, do racismo e das guerras, após o fim da Segunda Guerra Mundial. Diante da estrutura heterogênea e da dinâmica do fenômeno do imperialismo global, – cujo movimento contraditório se exprime por um grande silogismo, longe de formar bloco uniforme –, os conceitos apologéticos de “norte global” e “sul global” são inadequados para uma *análise concreta dessa situação concreta*, na perspectiva crítica e revolucionária do marxismo. Com efeito, recusando a visão vulgar de uma hegemonia antinômica (em que a China sobe e os EUA desce), em favor da utilização do conceito rigoroso de uma hegemonia dialética (em que a totali-

zação envolve homogeneização, diferenciação e hierarquização), percebe-se o advento de uma nova etapa da formação social e histórica, instaurando uma nova ordem mundial, com a primazia das potências nacionais (singulares) e das superpotências regionais (particulares) sobre a hiperpotência planetária (universal) do imperialismo coletivo ideal, mudando a situação que fora própria à hegemonia totalizante da potência geopolítica dos Estados Unidos e da potência industrial da China (durante a *Pax imperialis*). Para desgosto dos otimistas da razão e pessimistas da vontade, com as omissões estatais diante da predação privada das empresas monopolistas Big Tech (Nvidia, Apple, Alphabet, Amazon, Meta dentre outras), formaram-se até situações concretas favoráveis ao neofascismo, à violência ordinária, à escravidão da uberização etc., na nova conjuntura histórica de socialização pós-liberal, grande estratégia multipolar e integração digital. Nesse contexto, a crítica da economia numérica questiona tanto o Consenso do Vale do Silício e o Consenso de Pequim, quanto a teoria do *tecnofeudalismo* e a teoria do *tecnomaioísmo* (Durand, 2023).

Portanto, cabe aqui uma breve análise da era digital, sob a hegemonia chinesa e estadunidense vigente, sobre as potências nacionais e as superpotências regionais, num contexto de primazia dessas formas de existência específicas sobre a hiperpotência planetária universal, em que se avança, tendencialmente, seja para o precipício da terceira guerra mundial, seja para uma nova guerra fria entre os polos oriental e ocidental. Em ambas as experiências, observam-se vivências opressivas e distópicas no seio do proletariado em razão da importância da utilização da inteligência artificial no desenvolvimento em profundidade e extensão da subsunção da força de trabalho ao capital, conforme a lógica pós-moderna de ocultar a luta de classe e manipular uma massa ignara e passiva, dificultando a consciência de classe real e possível, própria à sua emancipação da exploração econômica, da dominação política, da humilhação social e da diminuição cultural inerentes ao capitalismo.

Enquanto isso, nas potências e superpotências subimperialistas, certos governos progressistas usam a inteligência artificial como inovação vazia (ou *enlatada*) e tramam revoluções passivas, como mediadores supostamente neutros do centrismo dominante, apostando na controlabilidade do capital, buscando inculcar no seio da massa popular que o pior seja aceitável, desde o autoritarismo e o esquema de vigilância até a perda de direitos sociais, naturalizando a exuberância financeira, a desigualdade social e a predação do meio ambiente, sem abordar as causas essenciais da crise do capital. Em todos os casos, a instituição de tempo livre através das inovações da economia numérica aumenta a alienação, o desemprego e a predação da natureza, conforme a lógica das grandes empresas de tecnologia digital, como a Palantir.

A inteligência artificial como “força do saber objetivada” se incorpora ao “*intelecto geral*” sob o arbítrio do capital, tanto determinando um fazer e um agir cada vez mais alienado, inclusive se apropriando do tempo livre do proletariado, quanto criando situações imperialistas de guerras-sem-fim,

destruindo a paz no planeta, de modo que “as forças produtivas sociais são produzidas, não somente sob a forma do saber, mas como órgãos imediatos da prática social; do processo real da vida.” (Marx, 1980, Tomo II, p. 194).

Mesmo a regulação estatal da economia numérica ocorrendo mais (na China) ou menos (nos EUA), nos dois casos, o controle da sociedade civil resta anódino, de sorte que a inteligência artificial se torna um fator colonizado, como um monopólio do lógico, nas mãos das empresas monopolistas (ditas tecnomaoístas ou tecnofeudais, respectivamente) articuladas com o complexo militar industrial de cada um dos países. Em compensação, na superação da opressão econômica, social e política, urge preservar os dados da economia numérica sob controle democrático, coletivo e internacional. Porém, o imperialismo global nas suas formas de existência específicas se lança na vigilância da noosfera e na busca desenfreada do lucro através do monopólio da tecnologia digital. Nos países periféricos instalam-se tanto os enclaves de exportação de produtos primários, quanto a maldição mineira e da terra rara, que incitam processos de balcanização, guerras coloniais, limpezas étnicas e genocídios racistas, praticados por quem personifica o famigerado *fardo do homem branco*. Em suma, além de se prestar ao desenvolvimento da alienação contra os interesses do proletariado, no tempo de trabalho e no tempo livre, a era digital de Pequim ao Vale do Silício acentuou a corrida colonial para a pilhagem do planeta.

Uma crítica da era digital, sob a onipresença da inteligência artificial voltada para o lucro, a vigilância e as guerras, passa por um questionamento construído a partir da maiêutica socrática, aplicada aos supostos tecnofeudalismo ocidental e tecnomaoísmo oriental, levando no sentido próprio à negação da negação da idiotice visceral inerente às redes sociais, que atacam o espaço público como um vírus. Em geral, a era digital desenvolve práticas colonizadoras da vida cotidiana pelos sistemas burocráticos públicos e privados que acentuam os conflitos entre os capitais numerosos, como também o antagonismo de classe entre a burguesia e o proletariado, ao contrário da utopia abstrata socialdemocrata radical habermasiana (Farias, 2001). O fazer e o agir são manipulados através dos automatismos digitais funcionando seja como fábricas de *fake news*, seja como artifícios de vigilância e punição, em que a inovação se torna uma arma do grande capital para impedir práticas emancipatórias. Na pilotagem pseudomaoísta do proletariado alienado, vigiado e punido pela tecnocracia do socialismo estatista, o crédito social de massa não passa de um maoísmo para inglês ver, em que o automatismo digital serve ao maniqueísmo da deificação e da demonização. A reificação digital traz a marca da falsa consciência do real, inculcando no proletariado uma passividade favorável à sua subsunção total ao capital, no tempo de trabalho e no tempo livre. Por sua vez, o consenso do Vale do Silício coloca em causa a democracia liberal, pois a pós-verdade e o neofascismo são mais adequados à fusão entre a *Big Tech* e o Estado, na nova forma de capital propriedade e rentismo da era digital. Nas experiências

dos modelos oriental e ocidental, os automatismos numéricos desenvolvem em profundidade e extensão o duplo molinete de reprodução efetiva do proletário e do capitalista, como oprimido e opressor, respectivamente. Em ambos os modelos ocorre uma socialização para o capital, pois como poder entrincheirado, guardando os dados, invasivo da sociedade, o capital de nuvem é capital propriedade, passivo, mas lucrativo para os grandes monopólios do capitalismo (cognitivo ou patrimonial, estatista ou privatista etc.). Trata-se de um salto mortal a reconfiguração do imperialismo coletivo ideal correspondente tanto à relativa ascensão do imperialismo chinês e do imperialismo coletivo oriental, quanto ao relativo declínio do imperialismo estadunidense e do imperialismo coletivo ocidental. Porém, tal salto arriscado pode falhar! No lugar de uma grande transformação social e histórica mantendo o capitalismo, há o risco de uma destruição das condições de vida no planeta, inclusive através da guerra nuclear. Ao antecipar o advento de uma nova guerra fria liderada pela China e pelos EUA, o conformismo da *realpolitik* coloca o falso problema da escolha de campo entre o “sul global” e o “norte global”. O destino do capitalismo imperialista, também na era digital, não é a morte natural. Nunca foi tão urgente a união do proletariado em todas as partes do planeta (do local ao global), como sujeito coletivo antagônico ao imperialismo global (potências, superpotências e hiperpotência), para lutar contra a exploração econômica, a dominação política e a humilhação social, no movimento real de superar o capitalismo (em níveis nacional e internacional), passando por um mundo melhor ecossocialista, na utopia concreta comunista que abole o estado de coisas presente, evitando a barbárie destrutiva dos seres sociais e naturais (pilhagem dos seres orgânicos e inorgânicos). Claro que a principal estruturação da existência coletiva dos homens na atualidade do capitalismo reside na configuração suprema do imperialismo global, cuja contradição essencial é a sua impossibilidade de cumprir a promessa integradora de igualdade para si mesmo e para quem personifica suas categorias objetivas, sobretudo porque não implica “a quebra do controle do *Big Business* – os grandes monopolistas – sobre os principais mecanismos da produção e da distribuição da riqueza material e, conseqüentemente, sobre a sociedade no seu conjunto...” (Mandel, 1992, p. 7).

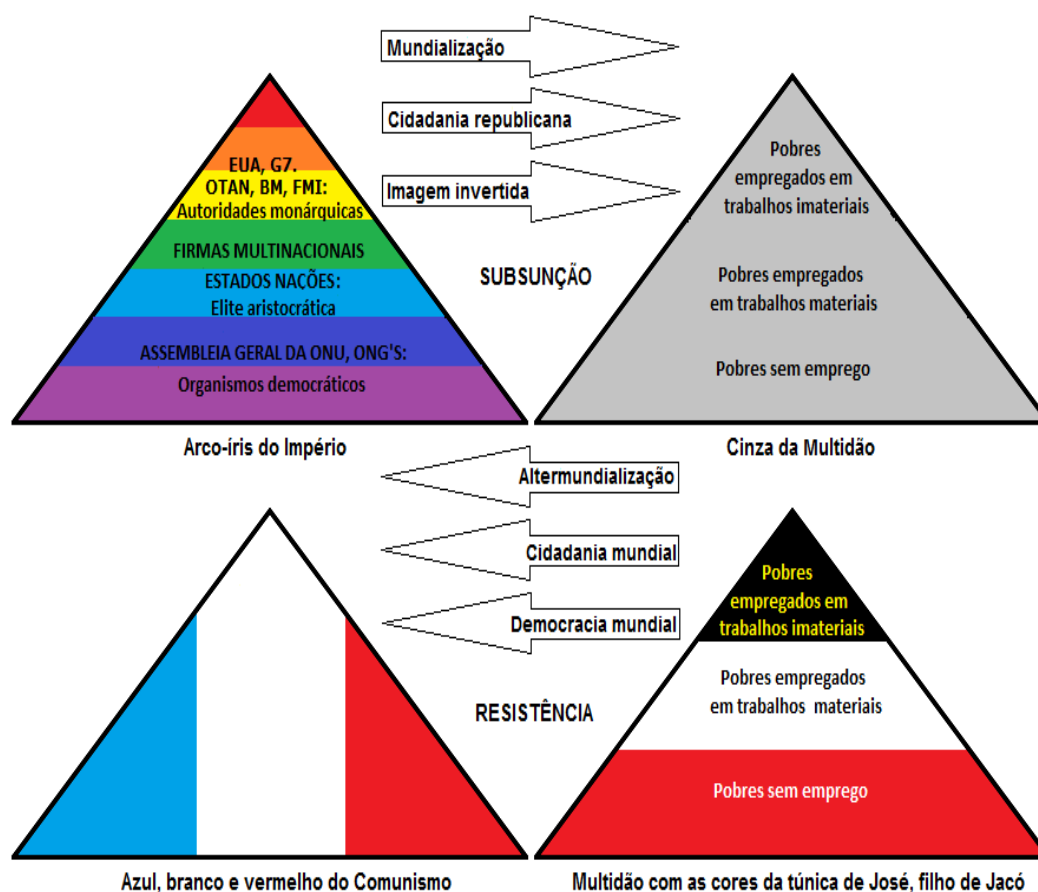
Ao contrário de uma totalização concreta, na abordagem pós-marxista ocidental, precisamente, na vertente estruturalista de Hardt e Negri (2000; 2004), a figura do imperialismo global assume a alegoria do *Império*, enquanto a figura do proletariado se dispersa na alegoria da *multidão*, cuja passagem mistificada do capitalismo ao comunismo não teria transição socialista, de modo que a reificação reside na ausência da objetividade social mediadora, no movimento real, ligando o capitalismo ao comunismo (Figura 8, abaixo). Na prolífica imaginação de Hardt e Negri, a emancipação da multidão só depende, então, de um passe de mágica (feitiço ou fetiche), em que a multidão em si (subsumida) passa a ser, automaticamente, multidão para si (resistente). Parafraseando Marx (1972b), a miséria da

filosofia política tornou-se uma alegoria estruturalista, em que Hardt e Negri, pelo menos, preservam a hipótese de que Multidão em si torne-se, embora por motivações bíblicas, Multidão para si.

Nem a mutação por negação da negação mistificada, nem a realização da utopia concreta da emancipação humana, através de uma práxis consciente do proletariado pelo fim da sociedade de classes, servem de referência para a teoria crítica de Günter Anders, na sua abordagem bastante imaginativa, mas pessimista, das atuais reificações tecnológicas totalitárias, com suas clivagens e discrepâncias, implicando a destruição da natureza e a “obsolescência do homem”, de modo que

[...] a tecnicização da vida corresponde, de maneira alegórica, a Prometeu liberado de suas correntes. Exaltada pela extensão crescente das possibilidades que ela abre, a liberdade prometeica não encontra mais limite ao seu poder. Prometeu desencadeado reencontra assim sua dimensão titânica, retoma posse de suas artes, que perderam toda dimensão humana.” (Joly, 2017, p. 12).

Figura 8 - Alegorias do Império e da Multidão



Fonte: Farias e Teixeira (2014, p. 175), baseados em Hardt e Negri (2000; 2004).

Para além das reificações técnicas sobre totalizações desumanas, “depois de ter criado deuses à sua imagem *insensata*”, quando toma o sentido da realização da utopia concreta comunista,

“a humanidade deseja fabricar figuras que pareçam um pouco menos com aquilo que ela é ou àquilo que ela foi.” (Naville, 2016, p. 281). Nessa antecipação concreta,

O futuro distante, não pertenceria então nem ao robô mecânico, nem ao robô vivo, mas a uma combinação dos dois. Só restaria ao criador se acomodar com sua nova criação, em alguma simbiose nova. Poder-se-ia certamente esperar das sociedades de novo gênero, meios de comunicação sem precedente, uma vida comum inédita.” (Naville, 2016, p. 281).

Ao tornar-se dissidente da teoria crítica, Marcuse (1981) relacionou de modo otimista a revolução da natureza com a revolução social, mais ou menos ancorado no método marxiano, diante do advento do imperialismo na escala global e da evidente urgência ecológica. “Redescobriu”, afinal de contas,

[...] a natureza como aliada na luta contra as sociedades exploradoras em que a violação da natureza agrava a violação do homem. A descoberta das forças libertadoras da natureza e de seu papel vital na construção de uma sociedade livre converte-se em nova força de mudança social (Marcuse, 1981, p. 63).

Em compensação, sob a influência das posições de Horkheimer e Adorno (2010, Prefácio, p. 10) contra o positivismo, “em favor do que resta de liberdade, e em favor de tendências preconizando um verdadeiro humanismo, mesmo se elas parecem impotentes em parar a marcha imponente da história”, na teoria crítica de Frankfurt, predomina a tese equivocada de que o velho Marx (1976; 1977) da crítica da economia política “conduz, inexoravelmente, à mesma jaula de aço weberiana, no que concerne à racionalização instrumental da natureza implementada ao mesmo tempo pelo capitalismo e o marxismo soviético.” (Foster; Clark, 2022, p. 194). Porém, recorrer à razão dualista da epistemologia neokantiana, como fez a teoria crítica, significa abandonar o referencial teórico-metodológico marxiano, que aborda o mundo como totalização concreta entre a sociedade e a natureza, em primeiro lugar; e, em segundo lugar, serve para desenvolver um pensamento que contesta a dominação da Razão sobre a natureza, sem recorrer substancialmente ao critério da práxis; enfim, “como na visão trágica de Weber, a *jaula de aço* da racionalidade formal não oferece uma saída visível, designando inexoravelmente o desencantamento e a dominação da natureza, contra a qual a gente só pode formular protestações vazias” (Foster; Clark, 2022, p. 196).

As críticas marxistas e weberianas têm por objeto a reificação, a burocracia, as classes, a dominação etc., no capitalismo imperialista (Texier, Bidet, Löwy et alii, 1992), não devendo se ignorar reciprocamente, em favor do sectarismo, em prejuízo do progresso das ciências sociais. Entretanto, a categoria da reificação seja na alegoria da *jaula de aço*, seja na configuração da *ampulheta fatal*, não tem o mesmo sentido e os mesmos fins, nas abordagens de weberianos e marxistas, que buscam, respectivamente, a dignidade humana para alguns apesar do capitalismo e a emancipação humana para além do capitalismo. A configuração marxista serve para contestar a alegoria weberiana por ocul-

tar ideologicamente a natureza de classe do imperialismo global, em que o proletariado não passa de mais uma vítima dissimulada na multidão. Como organização da práxis consciente que supera a reificação do imperialismo global, “comunismo não é o movimento real que reconduz em seu proveito a estrutura integrada, mas o princípio que tem a tarefa de desintegrá-la, dissolvendo o cimento *ideológico* graças ao qual ela se sustenta.” (Labica, 1987, p. 137). A historicidade das categorias da elaboração marxista do Estado e do capital, na escala global, por seus efeitos sobre a natureza de cada uma das formas estruturadas, sobre a dinâmica do todo e das partes envolvidas e suas funções recíprocas, elimina do imperialismo global, caso seja abordado adequadamente como ser social e histórico, todas as reificações que lhe inserem a ideologia fetichisante do intelectual orgânico da burguesia. A diferença de abordagem do capitalismo, sublinhada por Löwith (2009, p. 55),

[...] se manifesta no fato de que Weber o analisa do ponto de vista, neutro em si e, entretanto, equivocada na apreciação que propõe para ele, de uma ‘*racionalização*’ universal e inelutável. Marx, ao contrário, o analisa do ponto de vista claramente negativo de uma ‘*alienação de si*’ universal e, entretanto, susceptível de ser invertida.

A categoria da reificação sem frases se presta ao criticismo e à confusão teórica. Assim, na era da digitalização, ou melhor, da *revolução numérica*, marcada pela manipulação das plataformas, os discursos correntes sobre a objetivação, tanto na coisificação das relações entre as pessoas, quanto na personificação das categorias da sociedade capitalista, tendem a se conformar com a ideia pessimista de que a utilização em si mesmas das tecnologias da informação e da comunicação (TIC) será empreendida para ampliar e aprofundar a alienação, em favor dos capitalistas, sem considerar tendências e latências de uso libertário das ciências e das técnicas entre os proletários, para si mesmos, no sentido favorável à emancipação da exploração, da dominação e da humilhação do homem pelo homem, contra a destruição da natureza.

A experiência que o ser social faz do mundo, mas que ocorre no mundo, tem um duplo caráter humano e natural. Como diz o ditado popular inglês, “os fatos são teimosos”. Assim, a Terra teima em girar em torno do Sol. Sob a ameaça de ser queimado na fogueira, Galileu Galilei escapou do obscurantismo medieval da Terra plana com um “*eppur si muove*”. Com efeito, a ciência natural comprovou com as leis da inércia e da gravidade, a mediação do movimento elíptico, as forças centrípetas e centrífugas que agem sobre a Terra, enquanto planeta do sistema solar. A questão da totalização concreta, complexa, contraditória, em movimento, obedecendo a leis, também tem relevância para a sociedade capitalista contemporânea e para a atualização da ontologia do ser social e histórico. Entretanto, o fetichismo pode levar o pensador a confundir a dialética do ser social com a dialética da natureza, tratando as leis do ser social como leis da natureza orgânica e inorgânica. Na totalidade de suas formas

de existência objetivas e subjetivas, fenomênicas e essenciais, reais e ideais, o ser social se estrutura, mas é dinâmico, no seu contexto temporal e espacial, historicamente determinado.

4 CONCLUSÃO

Para Gramsci (2001, v. 1, p. 311), “a crise consiste justamente no fato de que o velho morre e o novo não pode nascer: neste interregno, verificam-se os fenômenos patológicos mais variados.” Sem tais fenômenos, o imperialismo global não se teria imobilizado e condensado numa estrutura rígida, reificada. A interpenetração dinâmica cada vez maior entre as figuras do capital e do Estado na reificação da ampulheta fatal, que implica a perda de autonomia relativa de uma em relação à outra, tende ao totalitarismo.⁹ Tanto a dominação estrangeira, quanto a dominação de classe, exercidas de maneira específica ora repressiva, ora consensual (geralmente, mista de repressão e consenso), concernem uma totalidade concreta, complexa, contraditória, que tem mediações e obedece a leis tendenciais, num processo de gênese, desenvolvimento e superação. O advento do neofascismo e das guerras entre classes e nações na escala mundial, contra os interesses do proletariado em todo lugar, são um dos resultados da patologia e da barbárie da nova configuração imperialista global, em que suas formas de existência específicas se opõem à sua forma de existência universal. Desde a gênese desta configuração, enquanto “*esquema do pior* que se realiza e que a cada dia lembra a todos aqueles que pensam a imensidão do desastre e os sangrentos resultados deste desastre... A ideologia estruturalista quis se passar tanto da história, quanto da dialética, isto é, das contradições.” (Lefebvre, 1980, p. 174 e 230). A historicidade das categorias totalizadas no fenômeno do imperialismo global, por seus efeitos sobre suas formas e funções, elimina da base e da superestrutura, caso sejam apreendidos dialeticamente como seres sociais em desenvolvimento desigual, todas as reificações trazidas ao fenômeno pelo pensamento burguês fetichisante, como nas ideologias do Império sem frases ou de uma jaula de aço insuperável. De fato, “as ideias não caem do céu e nada nos vem sonhando.” (Labriola, 1970, p. 172). Em vez algo como um sonho noturno, ou uma fuga abstrata da realidade,

[...] ao contrário, a verdadeira utopia de Bloch, aquela que pode produzir o novo, é concreta, esperança em conhecimento de causa (*docta spes*). Ela é movimento voltado para o futuro, contra a dominação do passado, de um passado em putrefação porque ele não se percebe como inacabado. (Vincent, 2001, p. 167).

No círculo vicioso do imperialismo global, a ser enfrentado pelo proletariado como um todo, enquanto classe para si, através de uma práxis consciente, organizada e orientada pela razão estratégica de acabar tanto com a exploração, a dominação, a humilhação e a diminuição do homem pelo

homem, quanto com a pilhagem e a destruição ecológica do planeta terra. Neste processo emancipatório, simultaneamente humano e natural,

Pelo fato de que os homens fazem aqui, pela primeira vez, conscientemente a História, a ilusão do destino se desvanece, aquele que é produzido pelos próprios homens na sociedade de classes e tornou-se, por pura ignorância, objeto de seu fetichismo. O destino é a necessidade desconhecida, não controlada, a liberdade é a necessidade controlada da qual desapareceu toda alienação e de onde emerge uma ordem real, justamente enquanto *Reino* da liberdade. A utopia tornada concreta fornece-lhe a chave, aquela da ordem purificada de toda alienação na melhor de todas as sociedades possíveis." (Bloch, 1982, Tomo II, p. 216).

Centrada na totalidade, a emancipação humana da exploração econômica, da dominação política, da humilhação social e da diminuição cultural inerentes à formação capitalista implica uma transição socialista e ecológica ao comunismo, realizando o sonho acordado do jovem Marx (1996, p. 146), em que "a sociedade seria a conclusão da unidade da essência humana com a natureza, a verdadeira ressurreição da natureza, o naturalismo realizado do homem e o humanismo realizado da natureza."

REFERÊNCIAS

- AGLIETTA, Michel; BENDER, Anton. **Les métamorphoses de la société salariale**. Paris: Calmann-Lévy, 1984.
- BADIOU, Alain. **À la recherche du réel perdu**. Paris: Fayard, 2015.
- BLOCH, Ernst. **Experimentum Mundi**. Paris: Payot, 1981.
- BLOCH, Ernst. **Le principe espérance**. 3 Tomos. Paris: 1982; 1991.
- CHE GUEVARA, Ernesto. **La revolución**. Escritos Esenciales. Buenos Aires: 2002.
- DURAND, Cédric. **Techno-féodalisme** : critique de l'économie numérique. Paris : La Découverte, 2023.
- ENGELS, Friedrich. **Anti-Dühring**. Paris: Sociales, 1977.
- FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- FARIAS, Flávio Bezerra de. **L'État et le processus de socialisation capitaliste au Brésil**. Tese de Doctorat d'État, Universidade Paris XIII, 1988.
- FARIAS, Flávio Bezerra de. **O Estado capitalista contemporâneo**: para a crítica das visões regulacionistas. São Paulo: Cortez, 2000.
- FARIAS, Flávio Bezerra de. **A globalização e o Estado cosmopolita**. As antinomias de Jürgen Habermas. São Paulo: Cortez, 2001.

FARIAS, Flávio Bezerra de. **A filosofia política da América**. A ideologia do novo século americano. São Paulo, Cortez, 2004.

FARIAS, Flávio Bezerra de. **O imperialismo global**: teorias e consensos. São Paulo: Cortez, 2013a.

FARIAS, Flávio Bezerra de. **O modo estatal global**: crítica da governança planetária. São Paulo: Xamã, 2013b.

FARIAS, Flávio Bezerra de. **Crise global**: ampulheta fatal. São Paulo: Xamã, 2015.

FARIAS, Flávio Bezerra de. Dialética do modo estatal global: gênese, desenvolvimento e superação. **Revista De Políticas Públicas**, Número Especial, São Luís: UFMA, 2016, 21–35.

FARIAS, Flávio Bezerra de; TEIXEIRA, Juliana Carvalho Miranda. Atualização das figuras da subjetividade revolucionária: proletariado versus multidão. **Revista De Políticas Públicas**, 18, São Luís: UFMA, 2014, 171–176. <https://doi.org/10.18764/2178-2865.v18nEp171-176>.

FOSTER, John Bellamy; CLARK, Brett. **Le pillage de la nature**. Paris: Critiques, 2022.

GOLDMANN, Lucien. **Recherches dialectiques**. Paris : Gallimard, 1980.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Empire**. Paris: Exils, 2000.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Multitude**: Guerre et démocratie à l'âge de l'Empire. Paris: La Découverte, 2004.

HABERMAS, Jürgen. **Après Marx**. Paris : Fayard, 1985.

HABERMAS, Jürgen. **The Postnational Constellation**: Political Essays. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 2001.

HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor W. **La dialectique de la Raison**. Paris: Gallimard, 2010.

JAMESON, Fredric. **Valences of the dialectic**. Londres/Nova York: Verso, 2009.

JOLY, Édouard. **Günther Anders**: Une politique de la technique. Paris: Michalon, 2017.

LABICA, Georges. **Le paradigme du Grand-Hornu**: Essai sur l'idéologie. Montreuil : La Brèche, 1987.

LABICA, Georges. GRAMSCI, LENIN, LA RIVOLUZIONE. In: BURGIO, Alberto; SANTUCCI, Antonio A. (org.). **Gramsci e la rivoluzione in Occidente**. Roma: Riuniti, 1999.

LABRIOLA, Antonio. **Essais sur la conception matérialiste de l'histoire**. Paris: Gordon & Breach, 1970.

LEFEBVRE, Henri. **L'idéologie structuraliste**. Paris: Anthropos, 1971.

LEFEBVRE, Henri. **Une pensée devenue monde** : Faut-il abandonner Marx ? Paris : Fayard, 1980.

LEFEBVRE, Henri. **Le manifeste différentialiste**. Caen : Grevis, 2020.

LENINE, Vladimir. **Œuvres choisies**. 3 Tomos. Paris/Moscou: Sociales/Progrès, 1975.

LORDON, Frédéric. La crise financière qui vient. **Le Monde Diplomatique**, Paris, 16 mar. 2026. Disponível em: <https://blog.mondediplo.net/la-crise-financiere-qui-vient>. Acesso em: 1 abr. 2026.

LÖWITH, Karl. **Max Weber et Karl Marx**. Paris: Payot, 2009.

LÖWY, Michael. **La Cage d'acier**. Paris : Stock, 2013.

LUKÁCS, Georges. **Histoire et conscience de classe**. Essais de dialectique marxiste. Paris: Minuit, 1976.

LUKÁCS, Georges. **Prolégomènes à l'ontologie de l'être social**. Paris: Delga, 2009.

LUKÁCS, Georges. **Ontologie de l'être social**. Le travail, la reproduction. Paris: Delga, 2011.

LUKÁCS, Georges. **Ontologie de l'être social**. L'idéologie, l'aliénation. Paris : Delga, 2012.

LUXEMBURG, Rosa. **Introduction à l'économie politique**. Paris : Anthropos, 1971.

LUXEMBURG, Rosa. **La crise de la social-démocratie**. Paris: L'Altiplano, 2009.

MANDEL, Ernest. **The Place of Marxism in History**. New Jersey: Humanities Press, 1986.

MANDEL, Ernest. **Power and Money**. Londres / Nova York: Verso, 1992.

MARCUSE, Herbert. **Contra-revolução e revolta**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

MARX, Karl. **Misère de la philosophie**: Réponse à la Philosophie de la Misère de M. Proudhon. Paris: Sociales, 1972b.

MARX, Karl. **Manuscrits de 1857-1858** (« Grundrisse »). 2 Tomos. Paris : Sociales, 1980.

MARX, Karl. **Théories sur la plus-value**. 3 Tomos. Paris : Sociales, 1974-1975-1976.

MARX, Karl. **Le Capital**. Critique de l'économie politique. Livros I, II e III. Paris: Sociales, 1976.

MARX, Karl. **Contribution à la critique de l'économie politique**. Paris: Sociales, 1977.

MARX, Karl. **Manuscrits de 1844**. Paris: Flammarion, 1996.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich **Manifeste du Parti communiste**. Paris: Sociales, 1975.

MERLAU-PONTY, Maurice. **As aventuras da dialética**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

NAVILLE, Pierre. **Vers l'automatisme social?** Machines, informatique, autonomie et liberté. Paris: Syllepse, 2016.

SERFATI, Claude. **Un monde en guerres**. Paris : Textuel, 2024.

TEXIER, Jacques; BIDET, Jacques; LÖWY, Michael *et al.* 1992. **Weber et Marx**. Paris: PUF, **Revista Actuel Marx**, nº 11, 1º semestre de 1992.

TROTSKY, Léon. **De la révolution**. Paris : Minuit, 1976.

TROTSKY, Léon. **Histoire de la révolution russe**. 2 Tomos. Paris : Seuil, 1967.

VINCENT, Jean-Marie. **Max Weber ou la démocratie inachevée**. Paris: Éditions du Félin, 1998.

VINCENT, Jean-Marie. **Fétichisme et société**. Paris: Anthropos, 1973.

VINCENT, Jean-Marie. **Critique du travail**. Le faire et l'agir. Paris : PUF, 1987.

VINCENT, Jean-Marie. L'humanité comme utopie sans images. *In* : RIOT-SARCEY, Michèle (org.). **L'utopie en questions**. Saint-Denis : PUV, 2001.

WEBER, Max. **L'éthique protestante et l'esprit du capitalisme**. Paris: Plon, 1985.

Notas

¹ No contexto de um complexo de complexos, Farias (2016) tratou da passagem dialética da forma-capital à forma-Estado na escala mundial, referenciada no contexto da configuração histórica situada para além do fordismo e na globalização. Nas obras escritas desde o início deste século, este autor mostrou o equívoco dos pós-marxistas ocidentais, como Hardt, Negri (2000; 2004) e Habermas (2001), abordarem a globalização das formas estatais pressupondo a exclusão do Estado nacional desse processo. Provavelmente, deixam perplexos os autores das reificações cosmopolitas, tanto o neonazismo, o neofascismo e o brexit quanto o retorno da guerra na Europa. A chave política da superação das formas estatais globalizadas reside na extinção da forma estatal nacional, na perspectiva internacionalista do marxismo. “Para se opor à mistificação que acopla mercado e democracia, para tornar insuperável as relações capitalistas, a reivindicação democrática associa o conjunto da forma de resistência e oferece à ruptura revolucionária uma nova perspectiva. Enquanto poder do maior número, dos trabalhadores, então do povo, esta conserva seguramente o conteúdo que os clássicos atribuíam à ditadura do proletariado. Esta não poderá deixar de exigir, como uma de suas condições e como seu corolário, a redefinição do internacionalismo, única alternativa adequada à mundialização capitalista em curso.” (Labica, 1999, p. 47).

² Em compensação, “sabe-se que a totalidade, em marcha na tendência, porém entravada e ainda não alcançada, inclui ao mesmo tempo o elemento utópico fundador da tendência: a *latência*... A latência é a estrutura na qual se exprime, em favor da tendência, a estranha preexistência de sua orientação e de sua antecipação; em outros termos, a latência é o modo segundo o qual o conteúdo de um fim, que ainda não é, se faz valer numa tendência. Por causa de seu caráter de *Novum* o latente autêntico não está jamais vinculado à repetição mecânica...” (Bloch, 1981, p. 141-142).

³ O método e o seu objeto participam da elaboração de uma totalização concreta e dialética, como na configuração da ideia geral marxiana, que envolve base e superestrutura, não sendo correto tratá-la isoladamente: ora como método, ora como objeto. Toda problematização realizada neste contexto tem que relacionar as categorias teóricas materialistas e dialéticas com uma experiência historicamente determinada, para fazer uma análise concreta de uma situação concreta. Foi o abandono do modo materialista e dialético de relacionar método e objeto, base e superestrutura que tornou a teoria crítica de Habermas (1985), a partir de 1975, cada vez mais distante do marxismo e próxima do weberianismo, para assumir radicalmente, enfim, uma reificação: a eternização da socialdemocracia e da construção europeia.

⁴ Na forma jurídica neofascista brasileira, por exemplo, na reificação denominada Operação Lava-jato, “trata-se, de fato, de fazer funcionar um pedaço do real como se ele fosse exceção do real, e de dar-lhe uma moldagem excepcional à visibilidade geral da opinião, para que ela retorne fundamentalmente à sua submissão, àquilo que é no fundo a lei do mundo: a onnipresença da corrupção” (Badiou, 2015, p. 17-18), inclusive a exploração do homem pelo homem, como uma de suas formas legitimadas.

⁵ Porém, toda reificação é fetichização, mas nem toda fetichização é reificação, em sendo personificação.

⁶ Na sua autocrítica de maturidade, Lukács (1976, Posfácio da 2ª ed. alemã de 1967, p. 384) disse que o seu interesse juvenil fora por um Marx “sociólogo”, isto é, “visto em grande parte através das lentes metodológicas de Simmel e de Max Weber.” Embora isto não impeça o jovem Lukács de explicitar, de modo brilhante e sintético, a tarefa histórica de classe proletária, na sua práxis consciente, em favor da humanidade, a saber: “O proletariado só pode realizar-se suprimindo a si mesmo, levando até o fim sua luta de classe e instaurando assim uma sociedade sem classes.” (ibidem, p. 106).

⁷ Trata-se de uma armadilha idealista, como em Platão, em que “a alegoria da caverna nos representa um mundo fechado sobre uma figura do real que é uma falsa figura. É uma figura do que parece que se apresenta para todos aqueles que estão fechados na caverna como a figura indiscutível daquilo que pode existir... Toda consolidação disso que parece como tal, e bem particularmente, toda consolidação sábia disto que parece... simplesmente proíbe que uma saída seja possível e nos fixa mais ainda no nosso lugar de vítimas intimidadas pela pretensa realidade disso que parece, no lugar de buscar e de encontrar onde está a saída.” (Badiou, 2015, p. 12).

⁸ Na situação da Ucrânia, decorrente das projeções de poder imperialista estadunidense e russo, implicando uma guerra de usura prolongada, sob o pretexto ocidental de combater a expansão da Rússia que, por sua vez, pretende barrar a expansão da OTAN e combater o neonazismo, também ilustra a combinação das dimensões interna e externa da violência mortífera do imperialismo global contra o proletariado na periferia do sistema capitalista.

⁹ Não haveria automatismo generalizado sem monopólios e oligopólios, sem mercados protegidos, sem centralização dos transportes, sem produção de massa, sem garantias de estatais, sem investimentos massivos e lucros correspondentes. Em suma, o automatismo da produção de bens e serviços (...) aparece como a forma técnica generalizada de um certo nível da civilização, inseparável desta. (Neville, 2016, p. 107).